

O SR. PRESIDENTE - CORONEL CAMILO - PSD - Parabéns, Coronel Telhada. É regimental, vamos enviar as notas taquigráficas como solicitado.

Passo novamente a Presidência ao nobro nobre deputado Coronel Telhada.

Também deixo o meu reconhecimento ao grande trabalho do nosso secretário e amigo Lourival Gomes.

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Coronel Camilo. Mais uma vez, parabéns pela publicação da Lei 16.771, que fala sobre o Programa Vizinhança Solidária. Sucesso na missão.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL – SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde.

Sr. Presidente, eu gostaria, mais uma vez, de fazer um apelo ao governador Márcio França para que conceda imediatamente o reajuste de 10,15% para o Magistério estadual. É um reajuste que ganhamos na Justiça, que o Magistério ganhou na Justiça, através de uma ação da Apeoesp aqui no Tribunal de Justiça de São Paulo. Ganhamos em todas as instâncias. No entanto, o governo estadual, de uma forma covarde, acionou o Supremo Tribunal Federal, através da Procuradoria Geral do Estado. Conseguiu uma liminar.

Estranhamente, conseguiu uma liminar, que foi concedida pela ministra do Supremo, que hoje é presidente do Supremo Tribunal Federal, a ministra Carmen Lúcia. Suspendeu essa conquista, esse direito do Magistério estadual. Isso, ainda no final do governo Alckmin.

Agora o governo Márcio França diz que está fazendo uma revisão dessa decisão. Está fazendo uma consulta à Secretaria de Planejamento e à Secretaria da Fazenda para estudar uma saída e para pagar esse reajuste, talvez de uma forma parcelada. Quem me passou essa informação foi o próprio secretário de Educação, o João Cury, que disse que essa é a situação desse reajuste.

O governo tem a intenção de pagar, mas depende desses estudos que estão sendo feitos com a Secretaria de Planejamento e a Secretaria da Fazenda para ver a viabilidade econômica. O governo se compromete a tentar resolver essa situação. Queremos que isso, de fato, ocorra.

Na verdade, não só os professores, mas todos os servidores públicos, em geral - sobretudo nós, profissionais da Educação - fomos duramente afetados pela política de ódio do PSDB aqui em São Paulo.

Primeiro que o PSDB destruiu a carreira do magistério. Segundo que o PSDB nunca cumpriu a data-base salarial dos nossos servidores, sobretudo do magistério. Então, os nossos salários, os salários dos servidores estaduais, estão defasados há muito tempo.

Então, esse direito, essa conquista, que tivemos no Tribunal de Justiça, de 10,15% não repõe nem minimamente o que o governo deveria ter pago para os professores, para o magistério e para os servidores da Educação, até hoje. Está muito aquém de fazer a reposição.

Mas, nem isso o governo tem a intenção de pagar. Temos que ficar na pressão o tempo todo; é um absurdo a defasagem salarial dos nossos servidores, principalmente os servidores da Educação.

Então, fazemos essa exigência e esse apelo para que essa situação seja resolvida. Porque quando o governo Alckmin entrou com esse pedido de liminar no Supremo Tribunal Federal, ele alegou que havia um risco para a ordem econômica do estado de São Paulo, deputado Gondim. Por isso que ele não iria pagar os 10,15%.

Mas, é engraçado que esse critério não é utilizado para a política de desoneração do estado. Na LDO que estamos debatendo aqui na Alesp há uma previsão de conceder para as empresas 23 bilhões de reais. Então, 23 bilhões de reais não colocam em xeque nem em perigo a ordem econômica do estado de São Paulo; reajustar o salário dos servidores, coloca.

Então, o governo tem os seus interesses: para beneficiar o poder econômico, as grandes empresas, os grandes frigoríficos e a Ambev, por exemplo, o governo ajuda, transfere dinheiro. Daí, não tem problema nenhum.

Agora, quando é para investir em Educação, daí existe risco para a ordem econômica do estado. Isso é um absurdo, Sr. Presidente.

Além disso, aqui no estado de São Paulo temos um dos piores salários da federação na área do magistério. São Paulo é um estado que nem paga o piso nacional salarial, e muito menos cumpre a jornada do piso. Não cumpre a jornada e não paga o piso nacional salarial.

Esses dez por cento iriam pelo menos fazer com que o Governo do Estado de São Paulo pagasse o piso nacional. É uma vergonha o estado mais rico da federação não pagar o piso nacional do magistério, sendo que os estados pobres pagam: Sergipe paga o piso, Piauí paga o piso, o estado do Maranhão, um dos mais pobres do Brasil, paga um valor acima do piso nacional salarial.

O estado de São Paulo não paga o piso, e, ainda, entrou na Justiça para impedir que os nossos professores tivessem um reajuste de 10,15%; Não digo nem que seja um reajuste: na verdade, é uma reparação, reposição, de uma pequena parte das perdas inflacionárias.

Então, fica aqui a nossa exigência e o nosso apelo ao governo estadual, ao Executivo, para que proceda imediatamente o reajuste que o magistério estadual ganhou na Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, deputado Giannazi. Parabéns pela luta de Vossa Excelência.

Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - PTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, realmente eu peguei uma dessas gripes aí. Eu não sei com qual dos vírus que eu estou, mas para mim foi uma semana de molho.

Sr. Presidente, estamos novamente com risco de falta total de água no estado de São Paulo. Precisamos agir urgentemente. Peço o governador Márcio França e ao secretário de Recursos Hídricos que inicie, urgentemente, um alerta para que a população faça economia de água. Nós não podemos passar por aquela situação que passamos ainda com o governador Geraldo Alckmin. Uma das razões dessa gripe e dessa tosse seca de muita gente com enfermidades pulmonares, na faringe ou na orofaringe é justamente esse tempo muito seco.

Hoje, peço a palavra para falar sobre as Santas Casas. A situação das Santas Casas é muito difícil. Elas praticamente estão pagando para trabalhar. A situação de emprego e desemprego no nosso Estado e País é muito grande é séria. São 13 milhões de pessoas desempregadas, inclusive enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.

Em respeito ao projeto da deputada Analice Fernandes, o PL 347/2018, gostaria de pedir para a deputada retirar desse projeto os hospitais filantrópicos, as Santas Casas. Quem atende o SUS, quando faz um parto através de cesárea, recebe entre 950 a 1200 reais. No parto, há o obstetra, que está fazendo a cirurgia, o auxiliar, que normalmente é obstetra, um anestesista, uma instrumentadora, uma enfermeira e uma técnica de enfermagem. O que acontece? Não paga os gastos de cinco refeições por dia e de limpeza de roupa. O que acontece?

Esse projeto vai dar o custo a mais, para uma Santa Casa, de quase 20% dos seus gastos. É um projeto bom, porém, neste momento, não é um projeto viável para a nossa população. Não estou contra o projeto, mas gostaria que fosse feita uma emenda de plenário. Que as enfermeiras que trabalham com o SUS ou, principalmente, em Santas Casas e hospitais filantrópicos, tenham um vínculo diferenciado de horário de trabalho. Elas aceitam, se quiserem trabalhar em um hospital como a Santa Casa.

As Santas Casas não irão suportar esses gastos. Não sei se há algum deputado que ajude mais Santas Casas do que eu. Eles imploram por uma emenda de 100 ou 200 mil reais para custeio. Eles não querem comprar um aparelho. Eles dizem que não têm condições nem de comprar um aparelho, eles querem custeio. A situação deles é muito grave. Quem tem UTI neonatal paga para trabalhar, porque o intensivista é caro e as enfermeiras especializadas são caras. Tudo é mais caro. Então, quando você vai pôr na ponta do lápis, você tem prejuízo de usar ou ter uma UTI neonatal naquele hospital.

Portanto, deputada Analice, o que estamos pedindo aqui é a possibilidade de que todos os enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem possam ter um vínculo diferenciado, principalmente se trabalharem em hospitais filantrópicos, porque fazer filantropia, recebendo o que o SUS paga, está muito difícil. Atender pacientes SUS e receber o que o SUS paga é quase impossível. Se eu mantiver uma Santa Casa dessa aberta, vai ser muito difícil ter outro turno de enfermeiras.

Então, é um pedido que estamos fazendo à deputada Analice Fernandes: se possível, retire e apresente esse projeto com essa condição, para que nós possamos votar com mais tranquilidade. Eu, que sou médico, sei da necessidade que temos das enfermeiras e das técnicas de enfermagem dentro de um hospital. E sabemos que precisamos ter esse vínculo diferenciado, principalmente em Santas Casas. Nós realmente precisamos ter uma luta grande a pedido das Santas Casas. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Bem lembrado o assunto da economia de água. Todos nós temos que estar atentos a esse problema, porque faz muito tempo que não chove no estado de São Paulo, principalmente aqui na capital. Devemos estar atentos para não termos o problema que ocorreu há dois ou três anos. Estamos contando com o apoio de toda a população.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Presidência, cumprindo disposição constitucional, adita à Ordem do Dia da sessão ordinária de amanhã os seguintes projetos de lei vetados: Projeto de lei no 540, de 2005; e Projetos de lei nos 101, 644, 780, 781, 798, 996, 1.047 e 1.173, de 2017.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de quinta-feira, com os aditamentos ora anunciados.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 06 minutos.

24 DE JULHO DE 2018

104ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: DOUTOR ULYSSES, CARLÃO PIGNATARI, ANALICE FERNANDES e CAUÊ MACRIS
Secretaria: LECI BRANDÃO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DOUTOR ULYSSES

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CORONEL TELHADA

Pede apoio a seus pares para aprovação do PL 500/17, que institui o Dia Estadual de Combate e Conscientização do Câncer de Cabeça e Pescoço. Cita número de pessoas afetadas pela enfermidade no Brasil. Lista medidas para prevenção da doença.

3 - LECI BRANDÃO

Menciona que membros do Comitê Central do PCdoB se reuniram para discussão e definição do projeto eleitoral da sigla para o pleito de outubro. Ressalta o compromisso do partido com as causas populares. Parabeniza o deputado Coronel Telhada pela iniciativa de elaboração de projeto em prol da saúde.

4 - ORLANDO BOLÇONE

Congratula o jornal "Diário da Região", de São José do Rio Preto, por seus 68 anos de fundação. Destaca que nos últimos anos houve multiplicação e diversificação de seu público. Comenta a variedade de temas abordados pelo periódico e sua importância para a região.

5 - CARLÃO PIGNATARI

Lê correspondência da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo, endereçada ao Governo, sobre a Lei 16784/18, que proíbe a caça no Estado. Defende a criação de emenda que permita o abate controlado de javalis, que, adiciona, causam danos ambientais e ao setor agrícola, já que é uma espécie introduzida no Brasil. Destaca a necessidade de realização de estudos adicionais sobre o assunto.

6 - SEBASTIÃO SANTOS

Manifesta apoio ao deputado Carlão Pignatari em relação ao abate de javalis. Defende a votação, hoje, de projeto de lei que classifica diversas cidades estaduais como municípios de interesse turístico. Discorre sobre a importância da aprovação da matéria para as cidades inclusas na propositura.

7 - ED THOMAS

Comenta que Presidente Prudente fora berço de medalhistas olímpicos que treinaram na pista de atletismo da Unesp do município. Aponta para a falta de centros de treinamento esportivo no País. Pede pela desburocratização do processo que libera recursos para a reforma da pista de treinamento da universidade.

8 - WELSON GASPARINI

Destaca a necessidade de reforma política no País. Crítica o financiamento público para campanhas eleitorais. Adiciona que o recurso seria mais bem investido em Educação. Defende o voto distrital, por acreditar que, com a medida, não haveria necessidade da utilização de grandes recursos eleitorais. Chama atenção para o elevado número de partidos políticos existentes no Brasil.

9 - ED THOMAS

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE DOUTOR ULYSSES

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h22min.

11 - CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h27min.

12 - PEDRO KAKÁ

Solicita a suspensão da sessão até as 17 horas, por acordo de lideranças.

13 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido e suspende a sessão às 16h27min.

14 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Assume a Presidência e reabre a sessão às 17h05min.

15 - CARLÃO PIGNATARI

Pelo art. 82, discorre acerca de projeto que proibira a caça no estado de São Paulo. Defende a manutenção da caça ao javali, a seu ver um animal invasor e causador de transtorno à produção agrícola. Manifesta-se contrariamente ao PL 31/18. Afirma que maus-tratos a animais não se confundem com o transporte de boi vivo para exportação.

16 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Solicita à plateia comportamento regimental.

17 - ROBERTO TRIPOLI

Pelo art. 82, tece manifestações contrárias à caça do javali, a seu ver realizada por cidadãos ricos e com pretensão esportiva. Informa dados a confirmar que a caça não é manejo da população do javali. Manifesta-se a favor da permissão de caçar dada ao índio, em razão da necessidade alimentar.

18 - MARCO VINHOLI

Para comunicação, argumenta que eventual pedido de prorrogação da sessão, por parte do Governo, deve ser tido como descumprimento do acordo firmado no Colégio de Líderes, haja vista o Congresso de Comissões a ser realizado hoje.

19 - CAIO FRANÇA

Para comunicação, afirma que o Governo compromete-se a sancionar o PL 31/18, caso seja aprovado. Acrescenta que o PSB estivera presente em todas as reuniões a respeito do tema.

20 - MARCO VINHOLI

Para comunicação, ratifica seu discurso anterior.

21 - SEBASTIÃO SANTOS

Pelo art. 82, defende a inclusão na pauta da sessão, de 25 projetos de lei que classificam cidades como de interesses turísticos. Assevera que os recursos seriam destinados inclusive para a geração de empregos. Lista os municípios a serem beneficiados.

22 - CAIO FRANÇA

Para comunicação, reafirma que não há movimentação do Governo para a prorrogação da sessão. Solicita ao deputado Marco Vinholi que auxilie o avanço do trâmite do PL 31/18, no Congresso de Comissões.

23 - FELICIANO FILHO

Pelo art. 82, clama à Presidência que estenda o tempo destinado ao Colégio de Comissões, a ser realizado hoje. Afirma que o PL 31/18 é de interesse da sociedade. Parabeniza a presidente Analice Fernandes pela condução da sessão. Defende o controle governamental da população de javalis, e não por caçadores.

24 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Solicita à plateia comportamento regimental.

25 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Assume a Presidência.

26 - BARROS MUNHOZ

Pelo art. 82, afirma que fora infeliz em discurso proferido na semana passada. Pede desculpas, inclusive ao deputado João Paulo Rillo. Defende a votação de projeto sobre o Ipesp - Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo. Acrescenta que somente o PSDB e aliados de João Doria são contrários ao projeto. Justifica emenda de sua autoria ao PL 31/18.

27 - JOÃO PAULO RILLO

Pelo art. 82, elogia a deputada Analice Fernandes pela condução da sessão. Explica a admiração que nutre pelo deputado Barros Munhoz. Discorre acerca da influência dos manifestantes no avanço do trâmite do PL 31/18. Comemora a aprovação de projeto que corrige o Orçamento Impositivo e que deve garantir a concessão de 48 milhões de reais para o Hospital Universitário da USP. Comenta posição favorável à aprovação dos PLs 31/18 e 347/18.

28 - ANALICE FERNANDES

Para comunicação, tece considerações sobre seu exercício na Presidência efetiva, quando da ausência do presidente Cauê Macris. Clama à Presidência que os projetos pautados estejam prontos para serem votados com brevidade, sem a convocação de sessão extraordinária.

29 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Elogia a deputada Analice Fernandes. Acrescenta que não deve modificar a posição construída pelo Congresso de Comissões.

30 - CAMPOS MACHADO

Pelo art. 82, afirma que há 28 anos exerce a liderança do partido, nesta Casa. Rebate o pronunciamento do deputado João Paulo Rillo. Assevera que não aceita ser pressionado para votar projeto. Aduz que deve obstruir, amanhã, o projeto do deputado Marco Vinholi.

31 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Solicita à plateia comportamento regimental.

32 - ENIO LULA TATTO

Pelo art. 82, afirma que a bancada do PT apoia a aprovação do PL 31/18. Comenta o indiciamento de Laurence Casagrande, ex-secretário do Governo Alckmin, por suspeita de fraude em obras do Rodoanel, trecho norte. Exibe reportagem a respeito do tema. Crítica órgãos de fiscalização do Estado, inclusive a Assembleia Legislativa, por não investigarem o PSDB. Acrescenta que Geraldo Alckmin deve explicar a questão em sua campanha à Presidência da República.

33 - CAMPOS MACHADO

Para comunicação, rebate o pronunciamento do deputado Enio Lula Tatto. Aduz que não há acusação contra o ex-governador Geraldo Alckmin.

34 - ENIO LULA TATTO

Para comunicação, ratifica a necessidade de apuração contra denúncias a envolver o PSDB, pelos órgãos fiscalizadores do Estado. Acrescenta que a campanha eleitoral que se avizinha deve esclarecer a prática do PSDB, em São Paulo.

35 - BETH LULA SAHÃO

Pelo art. 82, reitera a posição favorável do PT à aprovação dos Projetos de lei nºs 31/18 e 347/18. Comenta reunião realizada no Colégio de Líderes sobre a relevância da proteção aos animais. Informa que a exportação de animais vivos representa somente 5% dos negócios do setor, portanto, sem risco de desemprego e efeitos na economia estadual.

36 - CARLÃO PIGNATARI

Para comunicação, rebate o pronunciamento do deputado Enio Lula Tatto.

37 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Suspende a sessão por 10 minutos, por conveniência da ordem, às 18h21min, reabrindo-a às 18h30min.

38 - MÁRCIA LULA LIA

Para comunicação, crítica o PSDB pela obstrução da LDO. Comenta a intenção de voto do ex-presidente Lula, verificada em pesquisa eleitoral.

39 - BARROS MUNHOZ

Pelo art. 82, rebate o pronunciamento do deputado Enio Lula Tatto. Ressalta a ponderação e a seriedade do ex-governador Geraldo Alckmin, inclusive no programa "Roda Viva". Exibe trecho da entrevista.

40 - ENIO LULA TATTO

Para comunicação, informa que a bancada do PT não se reunira no Palácio dos Bandeirantes para defender o projeto pertinente ao Ipesp. Crítica o vídeo apresentado pelo deputado Barros Munhoz.

41 - CARLÃO PIGNATARI

Para comunicação, argumenta que não fizera ironia ao discurso da deputada Márcia Lula Lia. Afirma que tem vida ilibada.

42 - BETH LULA SAHÃO

Para comunicação, crítica o PSDB pelo apoio a João Doria. Acrescenta que falta dignidade ao citado candidato ao Governo do Estado.

43 - JOÃO CARAMEZ

Para comunicação, contesta a fala do deputado Carlão Pignatari quanto a acordo realizado entre o Governo e o PT. Pede à bancada do PSDB que preocupe-se em defender pronunciamentos contra o ex-governador Geraldo Alckmin. Parabeniza o deputado Barros Munhoz.

44 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, manifesta apoio aos PLs 31/18, 47/18, 788/17, e ao PLC 34/18.

45 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Lê respostas a duas questões de ordem formuladas pelo deputado Itamar Borges, na 101ª Sessão Ordinária. Lembra Congresso de Comissões a ser realizado hoje, às 19 horas e 15 minutos. Encerra a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Doutor Ulysses.

O SR. PRESIDENTE – DOUTOR ULYSSES - PV - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido a Sra. Deputada Leci Brandão para, como 1º Secretária “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA – LECI BRANDÃO – PCdoB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Sr. Presidente Doutor Ulyses, cara deputada Leci Brandão, demais deputados presentes, assessores, funcionários, público presente, quero saudar o cabo Júlio e a cabo Belone, que aqui representam a nossa assistência militar. O capitão Pontes e o tenente José Antônio estão presentes também.

Sr. Presidente, hoje não vou falar de Segurança Pública, vou falar de outro assunto que é de importância a todo cidadão, pois fala de Saúde.

Fiz há pouco um programa na TV Assembleia falando de um projeto de nossa autoria. Inclusive, Sr. Presidente, peço o apoio dos Srs. Deputados para colocarmos esse projeto em votação, tendo em vista que já está pronto para a Ordem do Dia. É o Projeto nº 500, de 2017, que institui o Dia Estadual de Combate e Conscientização do Câncer de Cabeça e Pescoço no calendário oficial de eventos do estado de São Paulo.

O mês de julho é o chamado “Julho Verde”, que é a campanha de prevenção contra o câncer de cabeça e pescoço. O dia 27 de julho é o Dia Mundial de Prevenção ao Câncer de Cabeça e Pescoço. O nosso projeto prevê que, no dia 27 de julho, seja instituído o Dia Estadual de Combate e Conscientização do Câncer de Cabeça e Pescoço.

Por que é necessário que haja a instituição desse dia? Porque, havendo a aprovação desse projeto, será garantida a promoção de exames, seminários, palestras, workshops, teatros e exposições de painéis alusivos ao combate e à conscientização do câncer de cabeça e pescoço.

Creio que a maioria dos deputados se lembre de que, no ano passado, tive um problema na família: minha esposa teve câncer de cabeça e pescoço e acabou sendo operada. Graças a Deus, ela se recuperou. Ficou com uma pequena sequela, nada grave. Não foi necessário fazer quimioterapia ou radioterapia. Foi uma graça de Deus que alcançamos e dou graças a Deus por isso. Porém, muitas pessoas não têm essa oportunidade e é uma situação muito grave. No caso da minha esposa, começou como um câncer de pele, acabou gerando um problema e ela quase perdeu o globo ocular. É muito grave.

Eu estava agora nessa reunião com esses médicos - o Dr. Felipe, o Dr. Antônio e a Dra. Camila - e eles falavam de pessoas que perdem a língua, que perdem a laringe, os lábios. É uma coisa terrível e muitas pessoas têm sido vitimas.

Tenho aqui um folheto explicativo que diz o seguinte: “O Instituto Nacional do Câncer estima, para 2018, que cerca de 42.770 pessoas aparecerão com o problema de câncer de cabeça e pescoço”. Doutor Ulysses, V. Exa. é um médico renomado e sabe desse problema.

Quais são as medidas preventivas? “Alimente-se de forma saudável, não fume nem utilize narguilé ou incenso, diminua ou não faça uso de bebidas alcoólicas, não faça sexo oral sem preservativo, faça visitas periódicas aos dentistas, realize higiene oral diária, não morda lábios ou bochechas e mantenha próteses dentárias bem ajustadas”.

Quando se fala em câncer de cabeça e pescoço, normalmente se fala mais da parte bucal e de laringe. É por isso que muitas pessoas que fumam ou usam álcool têm uma propensão muito grande a esse tipo de câncer. Há outros fatores, como foi o fator da minha esposa, que é o câncer de pele, que surgiu e acabou sendo em si dentro do problema quase que ela teve que retirar o globo ocular. Aqui também se fala no problema do HPV, que é um problema que é a transmissão por via sexual. Então, uma situação que há pouco tempo não preocupava inclusive os jovens, hoje traz muita preocupação para os jovens.